



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Avenida Aristeu de Andrade nº 377 - Bairro Farol - CEP 57051-090 - Maceió - AL



## Memorando nº 59 / 2022 - TRE-AL/PRE/DG/SAD/GSAD

Maceió, 20 de janeiro de 2022.

Para: Diretoria-Geral

Assunto: Solicitação - Inscrição - Evento - Capacitação

Senhor Diretor-Geral,

Solicito a especial atenção de Vossa Senhoria em avaliar, com apoio da SRACF/SGP, a viabilidade de minha inscrição e de servidores vinculados às unidades de consultoria jurídica dessa Diretoria e da Presidência, além da COAUD, no evento de que trata a apresentação de evento 1002455, promovida pela Consultoria Zênite, dirigida a profissionais da área jurídica, controle e agentes públicos que atuam nas fases de planejamento e de contratação.

O prospecto de apresentação do evento assim descreve o curso:

A Lei nº 14.133/2021 trouxe importantes inovações no que se refere à papel e a atuação dos advogados públicos e do controle nas contratações públicas.

Vale destacar, ainda, o papel fundamental dos assessores, dos procuradores jurídicos e dos profissionais do controle na interpretação da lei e na orientação dos agentes públicos responsáveis pela condução das licitações, das contratações diretas e dos contratos.

Temas como governança, gestão de riscos, controle, nulidade, parecer jurídico, meios alternativos de resolução de controvérsias e defesa dos agentes pela Advocacia Pública passaram a ter disciplina específica na nova Lei. Isso sem falar na ampliação dos documentos e das informações que devem passar pelo crivo de avaliação de legalidade. Você está preparado para todo esse desafio? Essas e outras novidades precisam estar na pauta de estudo e de atualização dos advogados públicos e dos profissionais do controle.

Além das inovações da nova Lei que interessam aos advogados públicos, selecionamos assuntos polêmicos relacionados com o planejamento, o julgamento e a execução e fiscalização dos contratos para a análise de importantes precedentes do TCU que devem ser adotados como referência para a interpretação do novo regime jurídico. São os acórdãos paradigmas para a aplicação da nova Lei.

E quanto aos resultados esperados, destaca:

Esta capacitação permitirá a você:

- 01 Conhecer as novidades, as polêmicas e os pontos de atenção da nova Lei que impactam a atuação dos assessores e procuradores jurídicos, bem como dos profissionais do controle.
- 02 Conhecer o papel, as atribuições e a responsabilidade dos assessores e procuradores jurídicos e do controle no processo de contratação pública de acordo com a nova Lei de Licitações.
- 03 Conhecer os entendimentos do TCU que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.
- 04 Estudar e debater as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos com grandes especialistas no assunto.

Nesse contexto, tendo por demais evidente, salvo melhor percepção, a pertinência temática do treinamento indicado com as atividades desenvolvidas pela área de consultoria, controle, planejamento e condução das contratações no Órgão, é que lhe peço vênica para submeter a presente proposição à superior consideração de Vossa Senhoria, no sentido de, caso seja de sua aquiescência, evoluir o feito à unidade competente da Secretaria de Gestão de Pessoas, para avaliações quanto ao enquadramento do curso nas programações definidas no PAC e respectiva proposta orçamentária.

Respeitosamente.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA**, Secretário de **Administração**, em 20/01/2022, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1002451** e o código CRC **77853C8A**.